



Boletim Informativo do Curso de Geografia da
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC
Ilhéus-BA - Ano VIII - Nº 13 - JUN/JUL/AGO 08



INFORME GEOGRÁFICO

ISSN 1982-9039

**IX ENCONTRO
DE GEOGRAFIA
DA UESC**

*Conquistas e Desafios
no Espaço Urbano e
Agrário do Brasil*

De 27 a 29 de
setembro de 2008

O SUPORTE INOPORTUNO DO PORTO INSEGURO (um desabafo aberto ao presidente)

Louvável a iniciativa da deputada Ângela Souza ao articular uma reunião ampla sobre o complexo porto sul. Coerente o empenho do governo do estado, ao mandar uma representação de primeiro escalão. No entanto, frustração foi o sentimento que ficou no ar, após mais um encontro em que o governo estadual não apresentou dados concretos e convincentes sobre a adequação do local escolhido para a implantação do projeto intermodal.

A exposição apresentada pelo governo limitou-se à repetição de diretrizes e metas de seu planejamento estratégico para o futuro, onde aparece o porto sul como peça central do desenvolvimento econômico pensado para o país, a Bahia e a região. Mais uma vez, ouviu-se, apenas, a defesa política do projeto baseada nas possíveis vantagens financeiras que o empreendimento poderá trazer. Mas ficaram faltando informações precisas sobre como será construído e operado o complexo. Os benefícios sociais e a viabilidade ambiental da grande obra ainda continuam sendo garantidos somente por palavras entusiasmadas e promessas de redenção e prosperidade. E muito pouco.

Ao adotar esse tipo de discurso, o governo baiano propicia um clima de antagonismo no qual, qualquer questionamento sobre o porto tende a ser visto como uma manifestação contra o progresso e o desenvolvimento. Intencional, ou não, eis aí uma armadilha: polarizar o debate entre posições emocionais contra ou a favor. Deve ficar cla-

ro que, desde o início da mobilização para se debater o assunto, a única posição que unifica os diversos segmentos da comunidade regional tem sido a questão da localização apontada para o porto (considerada inadequada e desastrosa). Continuar o foco do debate no valor estratégico e econômico do porto é uma redundância que desvia a atenção do centro vital da questão: o impacto danoso e irreversível ao qual a região estará sujeita.

Não somos contra o porto sul. Não coloquem essa fala na voz dos que lutam em defesa de um raro pedaço de natureza (protegido por lei) e que foi vocacionado pelo próprio estado para outros tipos de ocupação e usufruto. Tudo bem, que venha o porto e sua infra pesada — mas em outro lugar. A área da reserva entre Ilhéus-Itacaré é a menos indicada para um empreendimento desse porte. Quem discorda, que nos prove o contrário.

Queremos conhecer quais os dados técnicos, os estudos científicos, os levantamentos de campo, as projeções, os ensaios de laboratório, enfim todas as informações que costumam calçar propostas que representem uma interferência drástica e devastadora no meio ambiente. Sustentar o porto sul apenas com palavras é insuficiente. Não há discurso de ufanismo desenvolvimentista que suporte a tese de que o empreendimento não trará danos sociais e ambientais para a região. E leviandade afirmar o contrário.

Se alguém for escrever a história do fracasso do progresso no Brasil, certamente, teria

muito que contar sobre as obras faraônicas e redentoras que redundaram em vergonhoso desperdício mal sucedido. Ferrovias, estradas fabulosas e projetos grandiosos de mineração não faltariam como, exemplos. Acenar com vantagens materiais para justificar a instalação de infra-estrutura pesada para dinamizar a mineração e facilitar o escoamento da produção é uma história antiga no país que, infelizmente, nem sempre teve um final feliz. Vale lembrar: a triste Madeira — Mamoré (a “ferrovia da morte”); a transamazônica; o projeto Jarí; o ouro de Serra Pelada; os quilômetros de trilhos abandonados pelo país; os portos inacabados etc.

Vivemos, hoje, um momento de expectativa e insegurança em relação ao nosso futuro. Desejamos que o governo democrático da Bahia promova, verdadeiramente, um diálogo produtivo onde se possa chegar ao entendimento a partir de constatações seguras e análises confiáveis, cientificamente comprovadas. Não é oportuno continuar embalando as dúvidas que o porto suscita tão somente com afirmativas soltas de que tudo se justifica pelo crescimento econômico a ser alcançado. Um porto ligado a um complexo de tal envergadura necessita de um suporte muito mais firme como fundamentação.

Sou eleitor do governador Jaques Wagner. Filiado ao PT. E confio na doutrina do partido que escolhi. Entendo as dificuldades que existem, na prática, para a implementação de medidas que consolidem a eiapa de transformações positivas e decisivas que o

Ramayana Vargens

país atravessa. Mas, em nome do progresso, não podemos cometer equívocos tão grosseiros como destruir um pedaço precioso da natureza que sobrou no trecho Ilhéus-Itacaré.

Por isso, na humildade de minha fé nordestina, invoco um poder supremo para apadrinhar uma causa tão justa e cristã (como João Grilo, do “Auto da Compadecida”, fez ao solicitar a ajuda de Nossa Senhora quando foi julgado no céu). Conclamo o presidente do Brasil para ser o patrono de nosso pleito de preservação e respeito à nossa identidade regional.

Conheci o presidente, no início dos anos 80, quando eu atuava como repórter na Amazônia. Tivemos a oportunidade de viajar juntos, na carroceria empoeirada de um caminhão, que cruzava um esburacado e lamacento caminho na selva, em direção à fronteira da Bolívia. Nosso destino era a cidade de Brasiléia, onde um líder seringueiro (Wilson Pinheiro) tinha sido assassinado por defender a mata contra a destruição patrocinada pelos especuladores. Na região, onde mais tarde também seria morto Chico Mendes, o jovem Lula fez um dos seus mais brilhantes e empolgantes discursos em defesa da vida e da floresta.

E esse o Lula que eu gostaria que conhecesse as matas do Conduru, antes de qualquer decisão sobre a nossa região. Um presidente assim, tenho certeza, não se deixará enganar pelo vislumbre frio e insensível dos tecnocratas que consideram apenas as cifras como vetores válidos para o “desenvolvimento”.



II SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO GEOAMBIENTAL É REALIZADO EM IPIAÚ

*Saulo Rondinelli**

Aconteceu em Ipiaú, no dia 05 de junho de 2008, durante a Semana de Meio Ambiente do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, o II Seminário de Educação Geoambiental, uma realização do CMLEM e da Faculdade Santo Agostinho – FACSA em parceria com a Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC EaD.

Com o tema “Meio Ambiente e Cidadania”, buscou-se promover discussões sobre a temática “meio ambiente” e sua relação com o comportamento da humanidade. Assim, na Educação Geoambiental foram discutidos assuntos determinantes para a busca de uma sociedade consciente de sua participação no espaço no qual está inserida, de maneira crítica e ambientalmente racional, com a intenção de se alcançar um DESENVOLVIMENTO sustentável.

Dando seqüência às discussões promovidas durante o I Seminário de Educação Geoambiental – realizado no final de 2007 (que contou com seis mesas-redondas sobre: Reciclagem, Água, Poluições, a atividade de mineração na Região de Ipiaú-BA e os seus impactos socioambientais, etc), no sentido de reconhecer os principais problemas ambientais, bem como a importância da Educação Geo-



ambiental, relacionando estes e pautando práticas sugestivas para as suas correções; o II Seminário de Educação Geoambiental se constituiu de três mini-cursos: “Turismo e Meio Ambiente”, que abordou sobre as atividades de ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural e turismo alternativo na região Sul da Bahia, os impactos gerados ao meio ambiente, a preservação, dentre outros assuntos; “Direito Ambiental”, que visou discutir didaticamente sobre crimes ambientais, penalidades e legislação; e, “Educação Ambiental e Cidadania”, com atividades lúdicas visando despertar e promover a reflexão sobre o papel de cada indivíduo na

sociedade.

Dentre os temas abordados, destacaram-se os impactos ambientais, as vulnerabilidades atuais e futuras dos ecossistemas, das aglomerações urbanas, do setor rural, das atividades econômicas e

das relações humanas com seu meio físico, e a adaptação, onde foram apresentadas e discutidas as ações dos projetos de mitigação, as mudanças de paradigmas, tecnologias, modelos de desenvolvimento e padrões de consumo necessários para a solução do desafio global.

O evento contou com a participação dos graduandos em Geografia (FTC-EaD) da Unidade Pedagógica de Ipiaú-Bahia (FACSA), e teve como convidados especiais o Prof. Natanael Reis Bomfim (Ph.D. em Educação pela Universidade do Quebec em Montreal, Professor Adjunto da UESC e Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Educação Geoambiental



da UNIME/FACSUL) para a palestra de abertura: “Meio Ambiente e Cidadania: uma reflexão sobre ética e práticas sociais no ambiente”; o Prof. Reinaldo Martins Lemos (Especialista em Educação Geoambiental e Investigador-Delegacia de Proteção Ambiental) para o mini-curso: “Direito Ambiental”, e a Prof^a Tatiana Barcelos (Pedagoga, Mestranda em Cultura e Turismo e Especialista em Metodologia do Ensino Superior) para o mini-curso: “Educação Ambiental e Cidadania”; o Prof. Saulo Rondinelli Xavier da Silva (Mestrando em Cultura e Turismo, Geógrafo e Especialista em Educação Geoambiental) ministrou o mini-curso: “Turismo e Meio Ambiente”.



A Comissão Organizadora agradece o apoio dado pela UESC através do Programa de Mestrado em Cultura e Turismo e também do Boletim Informe Geográfico, e salienta a importância da re-

alização de eventos dessa natureza no seio da comunidade regional.

**Coordenador do II Seminário de Educação Geoambiental.
<http://geoilheus.tripod.com>*

O clímax

Jacques Manz*

Assustadoramente a espécie humana evoluiu... Será que evoluiu? Fugindo deste embate o fato é que, antes não tínhamos postura ereta, não usávamos com magnitude a massa cefálica e isso nos aproximava das outras espécies animais. Adquirimos postura, será? Ficamos mais racionais, será? Fugindo deste embate o fato é que, aprimoramos as técnicas, desenvolvemos a linguagem e a escrita, e nos afastamos das demais espécies. Aprimoramos as técnicas, elas estão ao alcance de todos? Desenvolvemos a linguagem, será que falamos a mesma língua?

Consequentemente, dominamos os irracionais, será? Transformamos o natural, tudo pelo bem estar, será? Fugindo deste embate o fato é que, agora o homem para impor suas ideologias domina a raça humana dita inferior, e o natural não mais existe, o desconforto é cada vez maior. Consolidamos o capitalismo, será? Somos globais, será? Fugindo deste embate, o fato é que, o capital desconsolidou os princípios de uma raça e nunca estivemos tão ilhados e em cas-

telos tão inatingíveis. Abolimos a escravidão, será? Elaboramos leis, será? Fugindo deste embate o fato é que, a escravidão mudou de nome, endereço e telefone, foi para os canaviais, para as carvoarias, para as “multi” “trans”, “exploration” nacionais. E as leis estão aí não para serem seguidas e sim interpretadas. Crescemos, será? Criamos o dia da consciência negra, parada gay, cotas pra fulano, beltrano, e bolsas, para a família, para o gato e para o burrinho que faleceu, será? Fugindo deste embate o fato é que, nossas diferenças precisam ser gritadas e lembradas todo ano senão são esquecidas, e o excluído, continua a se excluir.

Hoje somos bilhões sugando o planeta, que de tanto futebol ficou do tamanho da bola do mesmo. A água está acabando, a mata está acabando, o solo está esgotando, a fauna está acabando, e o ar... Alguém viu o ar? Super, hiper, ultra aquecido, bombando para o verão; bomba? Invada o Iraque, a Coréia, vixe, explodiu... Mais um sangue rega a terra da indiferença, rega um povo que briga pela terra ou pelo

Deus. Deus que da ordem a presidentes, e presidentes que não sabem de nada. Saber de nada? Bombardeiem o planalto, o senado, e todas as câmaras, secretas ou não, com dinheiro ou não, com navalhas, furacões, sanguessugas, com mensalão, este tão velho que nem mais lembrava, pois a medalha de ouro na piscina afogou o meu passado. E a China cresce, será? E a Europa se une, será? E o EUA se metem, e a raça humana chega a seu clímax. Fome, miséria, violência, escassez... Aproveitem os 15 minutos de fama, se virem nos trinta, pois dançar no gelo sei não... A evolução conhece seu caminho de volta. Desordem e regresso, positivista ou não, marxista ou não, fenomenológico ou não, o fato é que, estamos vivendo a derrocada, a natureza celebra e agradece, e nós amarguramos o preço da postura ereta e da racionalidade que nos tornou centro de um universo que não nos quer mais.

**Geógrafo (UESC), Mestrando do Programa de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - PRODEMA (UESC).*

NOTAS

O BIG convoca os alunos regulares de Geografia da UESC, que tenham interesse em colaborar em próximas edições, para uma reunião da comissão editorial a ser realizada no dia 1º de outubro, às 18 horas. Estaremos divulgando. Participe!

O IX Encontro de Geografia da UESC acontecerá de 27 a 29 de setembro. As inscrições podem ser realizadas pelo site da UESC (www.uesc.br).

Com o objetivo de contribuir com a Educação Patrimonial, uma vez que esta poderá desenvolver as atividades de Turismo Cultural, está sendo publicado no “Jornal do Radialista” (periódico de circulação em Ilhéus e Itabuna) uma coluna intitulada “Rot’ação” onde o Professor Saulo Rondinelli busca analisar e comparar, através de fotografias, aspectos da cidade de Ilhéus, seu patrimônio natural e/ou cultural. Buscando, assim, aprimorar estrategicamente seu aproveitamento didático na formação de sujeitos críticos, conscientes, e em consonância com as demandas da sociedade local.

Mais detalhes, no site: <http://geoilheus.tripod.com>

Acompanhe.



ENTREVISTA - PARTE FINAL

Bertha Becker propõe uma revolução para salvar a Amazônia

Continuação da entrevista em que é perguntada sobre como é possível unir uma revolução com a proposta ambientalista.

- Tal produção não estaria aquém do que o governo espera de retorno financeiro da Amazônia?

- O governo não tem nada que esperar. A Zona Franca de Manaus é uma potência econômica, o quarto PIB metropolitano do Brasil. O Pará tem minério que alimenta as fábricas de alumínio a baixo custo. A energia da Amazônia, de Tucuruí, é mandada para o Nordeste e para o Sudeste. A Amazônia produz riqueza que é exportada. O governo tem mais que dar estímulo para que essas coisas se desenvolvam. Organizar as cadeias, assistir os pequenos e médios empresários locais com fundos da inovação, articular pesquisa em empresa. A biodiversidade não é só para dermocosmética não, ela é também para nutracêutica, alimentos que não são remédio mas que dão bem-estar físico, como o guaraná e o açaí. Além dos fitoterápicos. Dizem: "Ah, não podemos competir com as grandes farmacêuticas mundiais". É verdade. Mas temos um grande problema de saúde pública. Não se pode usar pra isso?



- O que a gente vê na Amazônia é o incentivo à produção extensiva de grãos e ao gado.

- Isso não é Amazônia, é Centro-Oeste, que se expande em frentes violentas. A questão ambientalista tem uma face legítima e uma geopolítica. Só se a floresta tiver valor econômico que poderá enfrentar as commodities. Os caras preferem tirar madeira, expandir a soja e derrubar a floresta. Mas se ela for valorizada economicamente, a situação muda de figura.

- Essa proposta de cadeias produtivas é contrária ao modelo econômico baseado na agropecuária.

- Longe de mim dizer que não devemos plantar soja e criar gado. É uma tradição. Na última década, o que sustentou a economia brasileira foi o setor. Mas acho que não precisa derrubar a floresta para isso, né? A soja está no Maranhão, no Piauí, na Bolívia, em todo o Centro-Oeste, na Bahia. Não chega? Há um imenso cinturão "soja-boi" que cerca a floresta, que está se expandindo e vai se expandir mais quando o IIRSA estiver implantado. Vamos destruir a floresta para plantar soja? Temos experiências históricas trágicas da monocultura. Já deveríamos ter aprendido com isso. O país viveu de ciclos monoprodutivos. Borracha. Café. Cana-de-açúcar. Café de novo. Algodão. E depois, quando cai o preço? É o que está acontecendo com a soja. Uma desgraça. Nossa história é marcada pelas monoculturas cíclicas para atender ao mercado externo. Tem de atender? Tem. Mas tem de pensar no mercado interno, nos milhões de brasileiros que estão em péssima condição social. Tem de pensar na logística do pequeno, não só nos grandes.

- É dar valor à floresta em pé?

- Exatamente. Aqui entram as cadeias produtivas, quando se pensa uma logística própria para a Amazônia.

- Essas cadeias parecem voltadas mais à população rural.

- Não, não. É para integrar com a indústria. Nada de "ruralzinho" porque isso não vai dar certo na Amazônia. E não adianta fazer coisa pequena e dispersa que ela não enfrenta a soja e a carne. Em áreas de produção de alimentos, por exemplo, acho que tem de se organizar vilas industriais, uma coisa grande, com cem colonos, como cooperativas, com estradas, acesso à cidade e à circulação. É mais fácil para o governo ajudar, porque pulverizar dinheiro para 700 assentamentos na mata não tem futuro, né? Você acha que tem?

- E a exploração da madeira?

- A madeira já é exportada, e muito. Vai para o Sul do Brasil e também para o exterior. Acontece que o Peru faz contrabando da madeira extraída pelo Rio Jari: pela fronteira, manda para Iquitos e, de lá, é exportado por navio pelo Amazonas como se fosse madeira brasileira, entendeu?

- É ter certeza de que aqui não existe fiscalização.

- É, não existe. Por isso que acho que essa ideia de manejo florestal através de concessão de floresta pública é muito arriscada. Teoricamente seria muito bom, porque madeira é o produto mais abundante da floresta, então explorar com manejo, tudo bonitinho, seria ótimo. Mas o grande problema do Brasil é que não há fiscalização e cumprimento da lei. Então como você pode conceder as florestas sem fiscalização do manejo? É difícil.

- O Inpe está desenvolvendo um sistema de monitoramento dessas áreas por satélite, que mostra a rarefação da cobertura.

- Ótimo, então é isso. Porque tem um Sipam que, na verdade, até agora não conseguiu controlar nada. É uma crise institucional no Brasil, sabe? É coisa muito séria mesmo. Com uma década de política ambiental, nós não podemos dizer que a situação do povo amazônico melhorou. Isso significa que o modelo tem de ser modificado. E eu acho que tem de ser através da compatibilização. Produzir sem destruir.

- Não é o que se tenta fazer hoje?

- Mas cadê? Onde? Está se tentando pelo manejo das florestas públicas? Eu quero cadeias produtivas, que não destruam a floresta, que envolvam a população. Talvez até os índios. Eles estão sem trabalho. Houve a luta para a demarcação dos territórios, de suas terras. Essa luta foi vitoriosa para grande parte. E daí? E depois? Como se usam essas terras? Eles estão sem plano nenhum. Isso é muito perigoso porque acabam onde? Na coca. É um risco.

- Com isso a gente entra em outra discussão sobre quanto da floresta é necessária em pé e quanto se pode derrubar, algo que não se tem uma conclusão pois o debate está muito...

- Polarizado. É verdade. Isso os cientistas deveriam fazer dentro do sentido da minha revolução científico-tecnológica. Eu não sou economista. Sou geopolítica. Posso falar sobre a valorização da Amazônia, não sobre a valoração, pois isso é coisa da economia e ninguém resolveu. E eu não vou ficar parada esperando. Você não acha?

(Cristina Amorim - ESTADÃO, 20/08/07)

Essa entrevista foi enviada ao grupo de discussão [ebegeo@yahoo.com.br] pelo discente Antonio Marcos, da UNEB: Campus de Santo Antônio de Jesus.

RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL ESTÂNCIA MANACÁ

Tássio Rios*

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. A RPPN se constitui numa ferramenta complementar aos esforços públicos para estabelecer espaços naturais protegidos. Com este propósito surgiu a RPPN Estância Manacá, localizada no município de Ibicaraí, micro-região cacauceira, Sul do Estado da Bahia, mais especificamente ao norte do município, na divisa com os municípios de Floresta Azul e Almadina (Figura 01), em um conjunto de morros conhecidos como Serra do Mato Grosso.

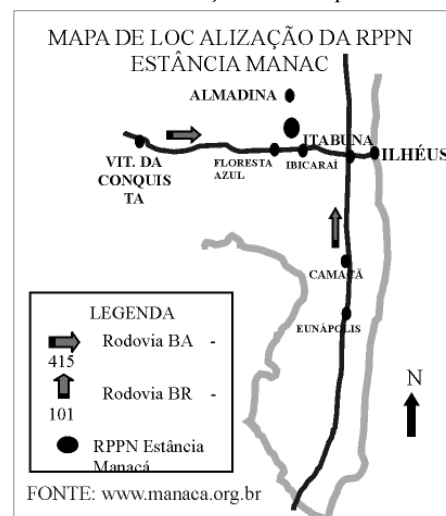


Foto: Grilany Marques

Criada no ano de 2000, a RPPN Estância Manacá possui 95 hectares de Mata Atlântica. Na Bahia foi a 17ª RPPN criada e a 9ª na região cacauceira. Possui altitude de 900 m acima do nível do mar, temperatura amena durante todo o ano (média de 20° C). A Estância fica na zona de transição entre a floresta litorânea e a floresta do interior, com matas de encosta e de topo de morros, inserida no Corredor Central da Mata Atlântica. Numa região conhecida como Serra do Mato Grosso, que abriga as cabeceiras dos ribeirões do Luxo e da Patioba, importantes tributários do Rio Salgados (Bacia do Rio Cachoeira). A preservação das florestas desta serra é fundamental para a perenidade do fornecimento de água potável das cidades do entorno. Distante de Ibicaraí (BA) a 12 km a RPPN Estância Manacá conta com áreas destinadas a preservação, à pesquisa, projetos de educação ambiental e atividades de ecoturismo, buscando ampliar o desenvolvimento de estudos, a realização de atividades de educação ambiental envolvendo estudantes de diversos níveis e a população em geral, permitindo assim, que a comunidade se integre ao local e entenda a importância da natureza e a sua preservação.

A RPPN Estância Manacá reúne um grupo de pessoas empenhadas em contribuir para a proteção da vida no Planeta, dedicadas à busca de novos caminhos e novas relações entre a espécie humana e os ambientes naturais, levando informação, sensibilizando, despertando consciências. Tem a responsabilidade de preservar uma área de floresta, com muitas nascentes de água pura e a biodiversidade típica da Mata Atlântica. Possui um agradável clima de montanha, com neblina pela manhã, temperatura amena durante todo o ano, o que estimula a expandir cada vez mais o jardim na beira da mata. Neste Centro de Vivência Ambiental são realizadas atividades que

combinam quatro vertentes de atuação ecológica, direcionadas para sensibilização e mudança de atitudes em relação ao Planeta: Ecoterapia; Ecoeducação; Vida no Campo; e Permacultura. Temas combinados em vivências diversas, através de cursos, oficinas, encontros, temporadas e celebrações.



*Graduado em Turismo (Faculdade Montenegro) e Especialista em Educação Geoambiental (Facsul).